

CONTRATO Nº 005/2021/IPMB/PMB

Referente ao Processo Nº 2021.48.302654 PA

**CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICÍPIO DE
BELÉM – IPMB E A EMPRESA N. F GOMES
TREINAMENTO E CONSULTORIA.**

O **MUNICÍPIO DE BELÉM**, representado pelo **INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICÍPIO DE BELÉM – IPMB**, Instituição Autárquica Municipal, instituída pela Lei Municipal n.º 9.286/2017, com sede na Av. Almirante Barroso, nº 2070, Bairro do Marco, Cep: 66613-710, nesta cidade, doravante denominado **CONTRATANTE**, inscrita no CNPJ/MF n.º 29.331.615/0001-82, inscrição municipal nº 294186-8, neste ato representado por sua Presidente, Dr^a. **EDNA MARIA SODRÉ D'ARAÚJO**, divorciada, servidora pública, Advogada, OAB/PA nº 5246, CPF Nº 189.942.102-53, e de outro lado a **N.F. GOMES TREINAMENTO E CONSULTORIA**, empresa com sede estabelecida na cidade Belém/Pará, Rodovia BR 316 – Cond. RESIDENCIAL PLENO; Bloco LIBERDADE, APTº307, CENTRO, CEP 67.030-000, E-MAIL: nobertoexpert@hotmail.com, telefone (91) 98111-1418, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.078.559/0001-03, doravante denominada **CONTRATADA**; neste ato representada pelo Sra. **NOBERTO FELIX GOMES**, brasileiro, divorciado, empresário, nº 00204849854 DETRAN, residente e domiciliada na Rodovia BR 316, Cond. Residencial Pleno, Bloco Liberdade, aptº307, Centro, CEP 67.030-000, resolvem celebrar o presente contrato Nº **005/2021 IPMB/PMB**, com fundamento na Lei nº 8.666/1993 e alterações subsequentes, resultante do MEMO Nº 007/2021-SSGA/CMP/IPMB, Cotação de Preços nº. 014/2021 - IPMB, consoante o Processo Administrativo nº 2021.48.302654 PA, mediante as cláusulas e condições que reciprocamente se outorgam e se obrigam:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 1.1.** O presente Contrato será regido pelo disposto na Lei nº 8.666/1993, art. 24 – inciso II, Decretos Federais 7.892/13, e 8.538/15, Decretos nº 877 e 878, de 31 de março de 2008, Decreto Estadual 876, de 29 de outubro de 2013, Lei Municipal nº 9.209-A/16, Decretos Municipais nº 47.429/05, nº 49.191/05, nº 48.804A/05, nº 64.684/10, 75.004/13 e 80.456/14, nº 7.504/13, Lei nº 13.979/2020, Lei nº 12.527/11 e 14.035/2020, Art. 191 da Lei 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis ao assunto.
- 1.2.** Em cumprimento a determinação do art. 191 da Lei nº 14.133/2021 é manifesto no presente instrumento que a **CONTRATANTE**, Administração Pública, optou por escolher como sendo a lei de licitações adotada para a regência deste contrato a Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROJETO BÁSICO

- 2.1.** O presente Contrato vincula-se às regras dispostas no PROJETO BÁSICO, constante às fls. (02/03 e 07), do processo nº 2021.48.302654 PA; e aos termos da proposta vencedora.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA APROVAÇÃO DA MINUTA

- 3.1.** A minuta deste Contrato foi aprovada pela Procuradoria Jurídica do IPMB, conforme consta no processo nº 2021.48.302654 PA, seguindo os termos do Parágrafo Único, do art. 38, da Lei nº 8.666/1993 e inciso IX; e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA QUARTA – DO OBJETO

- 4.1.** Contratação de pessoa jurídica para a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO TERMINAL E OXI-SANITIZAÇÃO DESTE IPMB**, em conformidade com as especificações, qualidades, eficiência e condições gerais, estabelecidas no Projeto Básico.
- 4.2.** Passam a fazer parte integrante deste Contrato, sob a forma de anexos, como se nele fossem transcritos, os seguintes documentos:
- a) Projeto Básico e seus anexos;
 - b) Proposta de Prestação de Serviços e anexo;
- 4.3.** A prestação dos serviços pela **CONTRATADA** à **CONTRATANTE**, consoante estabelecido no Processo Nº 2021.48.302654 PA, iniciado através do MEMO Nº 007/2021- SSGA/CMP/IPMB, de 31 de março de 2021, terá por fim atender as necessidades do **INSTITUTO**, na forma do quadro que segue no **PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS**, conforme especificado neste contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORNECIMENTO

5.1. Os Serviços serão executados conforme abaixo:

a) Os Serviços deverão iniciar no máximo a partir de **10 (dez) dias** após o recebimento da nota de empenho e de acordo com a solicitação formal, que será em sua sede localizada na Av. Almirante Barroso nº 2070, Souza, Belém-Pará, para efetivar a realização dos serviços, quando então apresentará a nota fiscal correspondente. A empresa vencedora deverá comunicar a data e o horário previsto para o início dos serviços ao órgão contratante, no horário de expediente, com no mínimo 48 (quarenta e oito) horas de antecedência.

5.2. O LOCAL da prestação dos serviços será a sede da **CONTRATANTE**, na Av. Almirante Barroso nº 2070, Município de Belém/Pará, sem qualquer tipo de ônus adicionais.

5.3. Não serão aceitos serviços diferentes dos especificados, fora dos prazos mínimos estipulados e mal executados.

CLÁUSULA SEXTA – DA MANUTENÇÃO PELA CONTRATADA DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

6.1. Obriga-se a **CONTRATADA** a manter, durante a vigência contratual, todas as condições demonstradas na proposta aprovada na cotação de preços, de modo a garantir o cumprimento das obrigações assumidas, e, deverá atualizar os documentos cuja validade expire durante a vigência contratual, bem como garantir o cumprimento das obrigações assumidas;

6.2. Previamente à emissão de nota de empenho, à contratação e a cada pagamento, o Órgão Contratante deverá realizar consulta ao Sicafe para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

6.3. A **CONTRATADA** deverá ser informada sempre que houver alteração do Contrato Social da Empresa, através do envio de cópia do contrato atualizado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

- 7.1.1. Proporcionar todas as facilidades para que a prestadora do serviço possa cumprir suas obrigações;
- 7.1.2. Rejeitar os serviços cujas especificações não atendam aos requisitos mínimos constantes nos anexos deste termo;
- 7.1.3. Efetuar o(s) pagamento(s) da(s) Nota(s) Fiscal (ais)/ Fatura(s) da contratada, após a efetiva entrega dos serviços, observando ainda as condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.4. Notificar a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constantes em cada um dos itens que compõem o objeto deste para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 7.1.5. Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos técnicos da contratada.
- 7.1.6. Efetuar o pagamento convencionado neste Instrumento;
- 7.1.7. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato através de servidor designado como Representante da Administração, que anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e atestará as notas fiscais/faturas e recibos para fins de pagamento;
- 7.1.8. Zelar pela boa qualidade dos produtos, receber, apurar e solucionar queixas e reclamações;
- 7.1.9. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades regulamentares e contratuais cabíveis;
- 7.1.10. Comunicar oficialmente à **CONTRATADA** quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.
- 7.1.11. A **CONTRATANTE** poderá exigir o imediato afastamento de qualquer empregado ou preposto da **CONTRATADA** que causar embaraços ao fornecimento dos produtos, que se conduza de modo inconveniente ou incompatível com o exercício das funções que lhe forem conferidas;

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. Para garantir o cumprimento do presente Contrato, a **CONTRATADA**, além das obrigações contidas no projeto básico e na Proposta, se obriga a:

- 8.1.1. Permitir e subsidiar com informações o acompanhamento e fiscalização do contrato, por parte do **CONTRATANTE**;
- 8.1.2. Apresentar relatório de execução e fornecimento, quando solicitado;

8.1.3. Assumir total responsabilidade por qualquer dano causado, por culpa ou dolo na execução do contrato, à **CONTRATANTE**, aos seus prepostos ou terceiros, provocados por ação ou omissão, em decorrência da execução deste contrato, não cabendo à **CONTRATANTE**, em nenhuma hipótese, responsabilidade por danos diretos, indiretos ou lucros cessantes decorrentes;

8.1.4. Manter, durante a vigência do Contrato, as mesmas condições para sua contratação com a Administração Pública, apresentando sempre que exigidos os comprovantes de regularidade fiscal;

8.1.5. A **CONTRATADA** deverá indicar um responsável, na qualidade de proposto, para representá-la durante a execução do contrato, bem como para dirimir questões ao mesmo relacionado;

8.1.6. Reconhecer os direitos da Administração previstos neste instrumento e na legislação pertinente em caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo da sua rescisão;

8.1.7. Responsabilizar-se pela(s) garantia(s) do(s) serviço(s), objeto da dispensa de licitação, dentro dos padrões de certificação de qualidade e segurança, conforme previsto na legislação em vigor;

8.1.8. A **CONTRATADA** deverá assegurar a garantia e responsabilizar-se por falhas no fornecimento e qualidade dos serviços.

8.1.9 - Cumprir com o objeto em conformidade com o detalhamento expresso no Projeto básico, e observadas as normas constantes deste instrumento;

8.1.10 - Assumir os ônus e responsabilidades pelo recolhimento de todos os tributos federais, estaduais e municipais que incidam ou venham a incidir sobre o objeto deste Termo;

8.1.11 - Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas;

8.1.12 - Responsabilizar-se pela indenização, em valor compatível com os dos materiais transportados, em virtude de danos, avarias e roubos que lhes venham a ser causados, ainda que decorrente de acidentes de trânsito, intempéries, roubos, furtos ou outras razões;

8.1.13 - Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do servidor indicado pelo **CONTRATANTE** para acompanhamento do objeto em questão, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

8.1.14 - Na ocasião da assinatura do Contrato, a **CONTRATADA** deverá dispor de Certificação Digital, nos termos da resolução nº 11.536/2014 - TCM.

CLÁUSULA NONA - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O objeto desta dispensa de licitação será recebido por servidor designado ou comissão, na forma do art. 15, §8º, da Lei Federal nº 8.666/93, sendo atestados, mediante termo circunstanciado, e serão recebidos:

a) Provisoriamente: no ato da entrega dos relatórios de fornecimento dos produtos, para posterior verificação da conformidade do objeto, com as especificações contidas no Termo de referência, mediante a emissão do Termo de Recebimento Provisório;

b) Definitivamente: no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do Termo de Recebimento Provisório e após a verificação de sua compatibilidade com as especificações do objeto desta dispensa de licitação, mediante a emissão de Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes.

9.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade do fornecimento dos produtos contratados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, ficando a **CONTRATADA** obrigada a atender às observações de caráter técnico do fiscal a ser designado, que estará investido de plenos poderes para:

a) Conferir se a prestação dos serviços, quando concluído, está de acordo com as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

9.3. O recebimento definitivo **não exclui** as responsabilidades civil e penal da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1. Preço ajustado será total, fixo e definitivo, expresso em moeda corrente do país.

10.2. O pagamento será efetuado no valor de **R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)** o termo de recebimento provisório, mediante a apresentação da Nota Fiscal, devidamente atestada e visada pelo setor competente, após conferência da entrega do serviço.

10.3 O pagamento será creditado em nome do contratado, mediante ordem bancária no prazo de até 30 (trinta) dias, junto à agência bancária indicada na declaração fornecida pelo licitante, contados do recebimento definitivo dos serviços, onde será considerado o devido adimplemento por parte da **CONTRATADA**, e mediante a apresentação dos documentos fiscais legalmente exigíveis e devidamente atestados pelo servidor/Comissão de Recebimento a partir da data final do período de adimplemento.

10.4. Os pagamentos serão efetuados após a verificação da Regularidade Fiscal e Trabalhista da **CONTRATADA** com o direito de retenção do quanto necessário em caso inadimplemento da **CONTRATADA** nas obrigações desta natureza vinculada ao objeto do contrato.

10.5. Em caso de atraso de pagamento, motivado pela **CONTRATANTE**, o valor a ser pago será atualizado financeiramente desde a data prevista para até a do efetivo pagamento, tendo como base *pro rata tempore*.

10.6 Será procedida consulta **“online”** junto ao **SICAF** e a **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT** antes do pagamento a ser efetuado à **CONTRATADA**, para verificação das condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio. Caso fique constatado o vencimento das guias de recolhimento do FGTS e da Previdência Social, a **CONTRATADA** deverá apresentar, no prazo constante da solicitação feita pela Administração, a sua regularização.

10.7. Caso se faça necessária à reapresentação de nota fiscal/fatura, por culpa da **CONTRATADA**, o prazo para pagamento estipulado no item “10.2” reiniciar-se-á a contar da respectiva reapresentação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ATESTAÇÃO DA NOTA FISCAL/ FATURA

11.1. Caberá ao titular do **CONTRATANTE**, ou servidor expressamente designado, a atestação das Notas Fiscais, Faturas e Recibos, objeto deste contrato, para efeito de pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Os recursos orçamentários necessários para atender às despesas decorrentes deste Contrato constam do orçamento do município para o exercício de 2021, como a seguir especificado (fls.42 do proc. nº 2021.48.302654 PA):

PREVIDÊNCIA: Órgão 2.18: Unidade Orçamentária: 41 - Função: 09 – Sub Função: 122 – Programa: 0006 - Projeto/Atividade: 2140, Sub- Ação: 002 – Tarefa 004– Natureza da Despesa: 33.90.39.00; Fonte de Recursos: 14300000000, no valor global de **R\$4.000,00 (quatro mil reais)**.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PREÇO

13.1. O valor global para a compra dos produtos contratados importa na quantia de: **R\$4.000,00 (quatro mil reais).**

13.1.1. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

14.1. O contrato a ser firmado poderá ser alterado nos casos previstos na Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse das partes, com apresentação das devidas justificativas, respeitados os limites impostos pela legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO VALOR CONTRATADO

15.1. No interesse do IPMB, o valor inicial poderá ser acrescido ou suprimido até o limite previsto na Lei n.º 8.666/93;

15.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários.

15.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a **CONTRATANTE** poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à **CONTRATADA** as seguintes sanções:

16.2. Nos termos do art. 86, da Lei nº 8.666, de 1993, fica a **CONTRATADA**, em caso de atraso injustificado na execução do respectivo Contrato, sujeita à multa moratória de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, calculada sobre 1/12 do valor anual estimado do Contrato, por dia e por ocorrência (localidade/município).

16.3. Na hipótese do item anterior, decorrido o lapso de 30 (trinta) dias, o órgão ou entidade **CONTRATANTE** deverá manifestar-se sobre o interesse na continuidade da execução do contrato.

16.4. Não havendo mais interesse do órgão ou entidade **CONTRATANTE** na execução do contrato, total ou parcialmente, em razão do descumprimento, por parte da **CONTRATADA** de qualquer das condições avençadas, fica estipulada a

multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor anual estimado do contrato, nos termos do inciso II, do artigo 87, da Lei n.º 8.666, de 1993.

16.5. O disposto nos itens anteriores não prejudicará a aplicação de outras penalidades a que esteja sujeita a **CONTRATADA**, nos termos dos arts. 87 e 88 da Lei n.º 8.666, de 1993, e nas disposições da Lei nº 10.520, de 2002.

16.6. O valor de multa, apurado após regular procedimento administrativo, será descontado dos pagamentos eventualmente devidos à **CONTRATADA**.

16.7. Se o valor da multa for superior ao valor devido à **CONTRATADA**, a diferença será cobrada administrativamente, ou judicialmente, se necessário.

16.8. A **CONTRATADA** ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio do contraditório e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, se:

- a) Comportar-se de modo inidôneo;
- b) Fizer declaração falsa;
- c) Cometer fraude fiscal;
- d) Falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.9. Além das penalidades citadas, a **CONTRATADA** ficará sujeita, ainda, ao cancelamento de sua inscrição no Cadastro de Fornecedores e, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93;

16.10. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior devidamente justificado e aceito pela **CONTRATANTE**, isentará a **CONTRATADA** das penalidades mencionadas;

16.11. A critério da Administração do IPMB, o valor da (s) multa (s) poderá ser descontado dos valores a serem pagos à contratada.

16.12. As sanções de advertência e de impedimento de licitar e contratar com o IPMB ou com a Administração Pública poderão ser aplicadas à **CONTRATADA** juntamente com a de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados;

16.13. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa.

16.14. No caso de anulação do procedimento por ilegalidade, o contrato dele decorrente será nulo, não assistindo aos licitantes qualquer indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido dos custos que tiver comprovadamente suportado até o momento da declaração de nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA RESCISÃO

17.1. Constituem motivos para a rescisão à inexecução total ou parcial do Contrato, além das hipóteses legalmente previstas no art. 78, da Lei 8.666/93, sem prejuízo de outras disposições legais aplicáveis.

17.1.1. A rescisão, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. Assegura-se ao **CONTRATANTE**, no caso de rescisão culposa, sem prejuízo das sanções cabíveis, os direitos estabelecidos no art. 80, da Lei 8.666/93.

17.1.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

17.1.3. Quando a rescisão ocorrer com base nos Incisos XII a XVII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93, sem que haja culpa da Contratada, esta será ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, comprovados mediante processo administrativo, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pelo fornecimento efetivado prestado em decorrência da execução do Contrato até a data da rescisão.

17.1.4. A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes deste Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao Contratante, além das sanções previstas neste Instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1. A execução do presente Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão pelas Cláusulas Contratuais e pelos preceitos de Direito Público, sendo-lhes aplicado, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado, na forma do Artigo 54, da Lei Federal nº 8.666/93, combinado com Inciso XII do Artigo 55, do mesmo diploma legal.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1. O prazo de execução do objeto deste Contrato é o da vigência dos respectivos créditos, inicia-se na data de sua assinatura, encerrando-se na data para o pagamento, porém a **CONTRATADA** terá até **30 (TRINTA)** dias, da data da assinatura

do presente contrato, PARA REALIZAR A PRESTAÇÃO TOTAL DOS SERVIÇOS, podendo o presente contrato ser prorrogado, através de Termo Aditivo, conforme a necessidade do INSTITUTO, havendo concordância entre as partes. A vigência deste documento coincide com o prazo de execução, de acordo com o Art. 57, II, da Lei 8.666/93, com eficácia após a publicação do seu extrato no DOM.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO REGISTRO DO CONTRATO NO TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO

20.1. O presente Contrato será registrado no **TRIBUNAL DE CONTAS DO MUNICÍPIO**, na data da publicação do seu extrato, conforme prescreve o art. 6º, inciso VII da resolução 11.535/2014 – TCM/PA, no prazo de trinta (30) dias após assinatura do presente Contrato, conforme prescreve o art. 6º, inciso II da Resolução 11.832/2015 – TCM, alterada pelo art.2º da Resolução Administrativa nº43/2017/TCM – PA.

20.2 A empresa terá que apresentar o Certificado Digital conforme IV artigo do TCM

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

21.1. O **CONTRATANTE** providenciará a publicação deste Contrato, por extrato, no **DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO**, em observância aos prazos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Todas as comunicações ou notificações relativas a este Contrato serão enviadas para os endereços constantes no preâmbulo deste instrumento.

22.2. A **CONTRATADA** declara, neste ato, ter pleno conhecimento e compreensão das especificações técnicas, dos documentos e demais condições contratuais, não podendo, pois, em nenhuma circunstância, alegar o desconhecimento dos mesmos, para isentar-se de responsabilidade pela correta execução do Contrato;

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato.



E por assim acordarem, as partes declaram aceitar todas as disposições estabelecidas neste Contrato que, lido e achado conforme, vai assinado em 03 (três) vias, de igual teor e forma, pelos representantes e testemunhas a seguir, a todo o ato presentes:

Belém, 01 de junho de 2021.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE BELÉM
- IPMB
CONTRATANTE

N.F. GOMES TREINAMENTO E CONSULTORIA– CNPJ Nº 30.078.559/0001-03
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

NOME:

NOME:

CPF:

CPF:



ANEXO I:

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO			UNI	QT	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
	CHEC LIST	item	Setor				
		1	Gabinete Presidência				
		2	Gabinete Presidência (SAA)				
		3	Gabinete Presidência (SRP)				
		4	ASCOM				
		5	NUSP				
		6	PROJUR				
		7	NATE				
		8	USCI	UND	40	-----	R\$ 4.000,00
		9	DAFI				
		10	CGP				
		11	SCF				
		12	SDF				
		13	SRF				
		14	CMP				
		15	SAL				
		16	SCP				
		17	SGA				
		18	STS				



	19	CFC				
	20	SAF				
	21	SCO				
	22	STC				
	23	SBP				
	24	SIN				
	25	DPREV				
	26	CAPE				
	27	SCA				
	28	SAI				
	29	SIP				
	30	SPA				
	31	SPP				
	32	CPREV				
	33	SAP				
	34	SCA				
	35	SCP				
	36	SAR				
	37	CPMS				
	38	SPIM				
	39	SPS				
	40	SSA				